

ALFA HOLDINGS S.A.

SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL ABERTO
CNPJ Nº 17.167.396/0001-69
AVENIDA PAULISTA, Nº 2.150 - SÃO PAULO - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Temos o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Alfa Holdings S.A. ("Sociedade"), relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, acompanhadas do relatório do auditor independente sobre essas Demonstrações Financeiras. Os documentos apresentados contêm os dados necessários à análise da performance da Sociedade no exercício. Colocamos-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que venham a ser julgados necessários.

Desempenho das Atividades
Tratando-se de sociedade *holding*, o desempenho da Sociedade reflete, basicamente, o comportamento de suas coligadas. Estas, atuando nos segmentos financeiros e ramos de seguros, apresentaram resultados que fluíram à Sociedade uma variação negativa na avaliação de seus investimentos no valor de R\$ 122.775 mil em 2024 (R\$ 15.745 mil positiva em 2023).

Preparação das Demonstrações Financeiras
As Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024 foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sendo também observadas as disposições da Lei das Sociedades por Ações e as normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis até 31 de dezembro de 2024. As Demonstrações Financeiras relativas ao ano de 2024 estão sendo informadas comparativamente com 2023, conforme estas práticas.

Resultado do Exercício
A Sociedade apresentou no exercício de 2024 um prejuízo de R\$ 115.465 mil (R\$ 16.555 mil lucro líquido em 2023), correspondendo a uma rentabilidade negativa de 10,66% (1,55% positiva em 2023) sobre o Patrimônio Líquido inicial de 2024, no valor de R\$ 1.082.832 mil (R\$ 1.066.751 mil em 2023). Os resultados obtidos e as disposições legais e estatutárias levaram-nos a propor o pagamento dos seguintes valores aos acionistas por lote de mil ações, relativamente ao 2º semestre de 2024: a título de dividendos, R\$538,14 para titulares de ações preferenciais da classe "A", valores estes que somados aos dividendos relativos ao 1º semestre de 2024, totalizaram, R\$ 618,63 para titulares de ações preferenciais da classe "A". Não houve pagamento de dividendos para titulares de ações ordinárias e preferenciais da classe "B".

Patrimônio Líquido
O Patrimônio Líquido atingiu o valor de R\$ 949.142 mil em 31 de dezembro de 2024 (R\$1.082.832 mil em 31 de dezembro de 2023), com redução de 12,35% no ano (crescimento de 1,51% em 2023).

Capital Social
Em 28 de março de 2024, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária, na qual foi aprovado o aumento do capital social, passando de R\$ 430.245 mil para R\$ 436.556 mil, mediante aproveitamento de parte das reservas de lucros, sem emissões de novas ações.

Declaração dos Diretores
Conforme Instrução CVM nº 80/2022, a Diretoria declara que, em reunião realizada em 26 de fevereiro de 2025, revisou, discutiu e concordou com a opinião no relatório do auditor independente sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Divulgação sobre Serviços da Auditoria Independente
Em atendimento à Resolução CVM nº 162/2022, informamos que nem a empresa contratada para auditoria das Demonstrações Financeiras da Sociedade, nem pessoas a ela ligadas, presta outros serviços à Sociedade que não os de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais no seu cliente, ou promover o interesse deste.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2025

Diretoria
Leandro de Azambuja Micotti (Diretor) **Marcos Lima Monteiro** (Diretor Presidente) **Enrica Murguio** (Diretora)

Este Relatório da Administração, elaborado pela Diretoria, foi examinado e aprovado em reunião do Conselho de Administração de 26 de fevereiro de 2025.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em Reais Mil)

Notas Explicativas	31.12.2024		31.12.2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
ATIVO				
Ativo Circulante	131.523	62.484		
Caixa e equivalentes de caixa	7	23		
Títulos para investimento	4 127.615	60.509		
Outros ativos	5 3.901	1.952		
Ativo não Circulante	835.886	1.032.239		
IRPJ e CSLL Diferidos	11(b) 8.219	-		
Outros ativos	5 97	174		
Investimentos em coligadas	6 827.564	1.032.059		
Imobilizado	6	6		
Ativos tangíveis	6 6	6		
TOTAL DO ATIVO	967.409	1.094.723		

Notas Explicativas	31.12.2024		31.12.2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
PASSIVO				
Passivo Circulante	11.627	11.799		
Fornecedores	182	1.542		
Obrigações Fiscais	1.406	522		
Dívidas a pagar	9.269	9.096		
Outros passivos	770	639		
Total das obrigações	11.627	11.799		
Passivo não Circulante	6.640	92		
Provisão para riscos fiscais	7	6.640		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	8.a 436.556	430.245		
Reservas de capital	8.b 4.587	10.319		
Reservas de lucros	8.c 507.999	612.296		
Ajustes de avaliação patrimonial	-	29.972		
Total do patrimônio líquido	949.142	1.082.832		
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	967.409	1.094.723		

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em Reais Mil)

Nota Explicativa	31.12.2024		31.12.2023	
	Receita	Resultado	Receita	Resultado
Receita de juros		8.473		7.970
Margem financeira		8.473		7.970
Resultado de participações em coligadas	6 (122.775)	15.745		15.745
Outras receitas operacionais	-	709		199
Resultado operacional		(113.593)		23.914
Despesas de pessoal	9 (1.473)	(3.436)		(3.436)
Despesas gerais e administrativas	10 (745)	(3.466)		(3.466)
Outras despesas operacionais	7 (6.548)	-		-
Resultados antes dos impostos		(122.359)		17.012
Imposto sobre a Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - Corrente	11(a) (1.325)	(457)		-
Imposto sobre a Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - Diferido	11(a) 8.219	-		-
Lucro / (Prejuízo) líquido do exercício		(115.465)		16.555
Lucro / (Prejuízo) por ação (em Reais)				
Lucro / (Prejuízo) básico e diluído por 1.000 ações (em Reais - R\$)				
Ações ordinárias		(1.304)		186,96
Ações preferenciais		(1.174)		205,65
Lucro / (Prejuízo) líquido atribuído (em Reais Mil - R\$)				
Ações ordinárias		(59.997)		8.602
Ações preferenciais		(55.468)		7.953
Média ponderada das ações emitidas - básica e diluída				
Ações ordinárias		46.011.632		46.011.632
Ações preferenciais		38.670.637		38.670.637

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em Reais Mil)

Histórico	Reserva de Lucros		Reserva de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
	Capital Subscrito e Realizado	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva de Lucros a Realizar			
Saldos em 31.12.2022	404.933	9.936	59.070	166.354	321.862	74.624	1.066.751
Aumento de capital:							
Com reservas	25.312	-	-	(25.312)	-	-	-
Dividendos não reclamados	-	383	-	-	-	-	383
Realização de lucros	-	-	-	(8.729)	-	-	8.729
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	16.555
Distribuição:							
Reserva legal	-	-	828	-	-	-	(828)
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	3.932	-	-	(3.932)
Reservas estatutárias	-	-	-	10.615	1.180	-	(11.795)
Dividendos	-	-	-	-	-	(8.729)	(8.729)
Adoção Inicial IFRS 17							
Saldos em 31.12.2023	430.245	10.319	59.898	169.429	307.165	75.804	1.082.832
Outros resultados abrangentes							
Aumento de capital:							
Com reservas	6.311	-	-	(6.311)	-	-	-
Dividendos não reclamados	-	484	-	-	-	-	484
Realização de lucros	-	-	-	(8.855)	-	-	8.855
Realização de reserva de lucros da investida	-	(6.216)	-	(3.638)	-	-	(9.854)
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	(115.465)
Distribuição:							
Reservas estatutárias	-	-	-	(115.465)	-	-	115.465
Dividendos	-	-	-	-	-	-	(8.855)
Saldos em 31.12.2024	436.556	4.587	59.898	160.574	211.723	75.804	949.142

Histórico	Reserva de Lucros		Reserva de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
	Capital Subscrito e Realizado	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva de Lucros a Realizar			
Saldos em 31.12.2022	404.933	9.936	59.070	166.354	321.862	74.624	1.066.751
Aumento de capital:							
Com reservas	25.312	-	-	(25.312)	-	-	-
Dividendos não reclamados	-	383	-	-	-	-	383
Realização de lucros	-	-	-	(8.729)	-	-	8.729
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	16.555
Distribuição:							
Reserva legal	-	-	828	-	-	-	(828)
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	3.932	-	-	(3.932)
Reservas estatutárias	-	-	-	10.615	1.180	-	(11.795)
Dividendos	-	-	-	-	-	(8.729)	(8.729)
Adoção Inicial IFRS 17							
Saldos em 31.12.2023	430.245	10.319	59.898	169.429	307.165	75.804	1.082.832
Outros resultados abrangentes							
Aumento de capital:							
Com reservas	6.311	-	-	(6.311)	-	-	-
Dividendos não reclamados	-	484	-	-	-	-	484
Realização de lucros	-	-	-	(8.855)	-	-	8.855
Realização de reserva de lucros da investida	-	(6.216)	-	(3.638)	-	-	(9.854)
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	(115.465)
Distribuição:							
Reservas estatutárias	-	-	-	(115.465)	-	-	115.465
Dividendos	-	-	-	-	-	-	(8.855)
Saldos em 31.12.2024	436.556	4.587	59.898	160.574	211.723	75.804	949.142

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em Reais Mil - exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 - ATIVIDADE E ESTRUTURA DO GRUPO
A Alfa Holdings S.A. ("Sociedade"), que é uma sociedade anônima de capital aberto, está sediada na Avenida Paulista, 2.150, 17º andar, São Paulo - SP CEP 01310-300, Brasil, tem como atividade principal manter participações societárias em outras empresas, na qualidade de "holding", com participações direcionadas, principalmente, aos segmentos financeiros indiretos (Banco Alfa de Investimento S.A., Financeira Alfa S.A. - C.F.I., Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e Alfa Arrendamento Mercantil S.A.), ramo de seguros, através da coligada direta Corumbal Participações e Administração Ltda. (Alfa Seguradora S.A. e Alfa Previdência e Vida S.A.). A Sociedade não possui filiais e seu controle é integralmente nacional. Em novembro de 2020, o Banco Safra e a Administradora Fortaleza firmaram acordo para aquisição da totalidade das ações da Administradora Fortaleza possuía nas entidades do Conglomerado Alfa, que atuam nos segmentos de crédito a pessoas jurídicas e físicas, *private banking*, *wealth management*, *asset management*, *investment banking* e seguros. O fechamento da operação ocorreu em 10.10.2023, passando o Banco Safra a ser controlador do Conglomerado Alfa. Em 24.10.2023, o Safra apresentou à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) pedido de registro das ofertas públicas unificadas para aquisição de ações de emissão ordinárias e preferenciais das companhias abertas do Conglomerado Alfa (I) em razão da alienação do controle das Companhias e (II) para fins de cancelamento do registro de companhia aberta das Companhias perante a CVM ("OPAs"). Os leilões ocorreram em 28.02.2024 e como resultado dos leilões, o Banco Safra adquiriu ações das quatro companhias abertas do Conglomerado Alfa e obteve o quórum para cancelamento de registro do Banco Alfa de Investimento, da Financeira Alfa e do Consórcio Alfa. Em 30.04.2024 o Banco Safra adquiriu 14.720.704 ações da Alfa Holdings S.A., passando a deter 80,5% de participação. Como tal aquisição de ações adicionais representou mais de 1/3 do total em circulação, o Banco Safra protocolou em 29.05.2024, pedido de registro de emissão de aquisição de ações por aumento de participação. O leilão da OPA ocorreu dia 20.09.2024 a companhia adquiriu ações adicionais, mas não atingiu o quórum para cancelamento de registro, permanecendo uma companhia aberta com ações listadas.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As práticas contábeis utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras referentes a 31 de dezembro de 2024 são consistentes com as utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras referentes a 31 de dezembro de 2023, divulgadas em conjunto para efeito de comparação. As notas explicativas às Demonstrações Financeiras contêm descrições, narrativas e detalhes da composição das informações apresentadas nos balanços patrimoniais, nas demonstrações de resultado, dos resultados abrangentes, na demonstração dos fluxos de caixa e no patrimônio líquido e nas demonstrações dos fluxos de caixa. Estas Demonstrações Financeiras foram concluídas em 26 de fevereiro de 2025 e aprovadas pelo Conselho de Administração da Sociedade na mesma data. **a) Moeda funcional e de apresentação:** As Demonstrações Financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade e de suas coligadas. Exceto quando indicado, as informações contábeis expressas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo. **b) Base para avaliação:** As Demonstrações Financeiras foram elaboradas tomando por base o custo amortizado, com exceção dos determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, se houver, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico, geralmente, baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca dos ativos. **c) Uso de estimativas e julgamentos:** No processo de elaboração das Demonstrações Financeiras da Sociedade, a Administração exerceu julgamento e utilizou estimativas para mensurar certos valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras. As principais aplicações do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem na Sociedade com: Provisão para riscos fiscais; e Ativos tributários diferidos. **d) Informações sobre participações detidas em coligadas:** (i) A Sociedade não tem controle isolado sobre nenhuma investida, todas são coligadas. (ii) A Sociedade tem influência significativa em suas investidas, pois nelas mantém, direta ou indiretamente, vinte por cento ou mais do poder de voto, portanto pode participar nas decisões financeiras e operacionais sem controlar de forma individual ou conjunta essas políticas. **e) Demonstrações consolidadas:** As Demonstrações Financeiras não estão sendo apresentadas de forma consolidada atendendo ao disposto no CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, visto que o controlador da Sociedade, Banco Safra S/A, que disponibiliza ao público suas demonstrações consolidadas, foi consultado e não fez objeção quanto à não apresentação das demonstrações contábeis consolidadas pela Sociedade.

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
Seguem, abaixo, as principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras. **a) Instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros são mensurados inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados e classificados de acordo com o modelo de negócio em três categorias de mensuração: (i) Custo amortizado; (ii) Custo amortizado em outros resultados abrangentes; (iii) Ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo, e subsequentemente mensurados ao custo amortizado. Os instrumentos financeiros derivativos, quando existentes, efetuados por conta própria, são contabilizados pelo valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período, na rubrica "resultado financeiro". **b) Investimento em coligadas:** Participações em entidades sob controle comum e coligadas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nas Demonstrações Financeiras. As Demonstrações Financeiras das coligadas, para fins de apuração da equivalência patrimonial, são elaboradas para o mesmo período de divulgação, segundo as mesmas práticas contábeis e na moeda funcional da Sociedade. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as Demonstrações Financeiras incluem a participação do grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. **c) Impostos sobre lucros:** Impostos Correntes - apurados de acordo com regime de tributação da Sociedade e controladas diretas e indiretas. A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15%, podendo ser acrescida do adicional de 10%. A contribuição social é calculada à alíquota de 9%. Impostos diferidos - representados pelos créditos tributários e pelas obrigações fiscais diferidas. São calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Demais tributos - As alíquotas incidentes de PIS e COFINS na base não cumulativa são de 1,65% e 7,6%, sendo que as alíquotas sobre as receitas financeiras são 0,65% e 4%, respectivamente. **d) Provisões:** São reconhecidas, mensuradas e divulgadas de acordo com os critérios definidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, da seguinte forma: (i) Ativos Contingentes: são possíveis ativos que resultam de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da entidade. O ativo contingente não é reconhecido nas Demonstrações Contábeis, e sim divulgado caso a realização do ganho seja provável. Porém, quando existem evidências de que a realização do ganho é praticamente certa, o crédito deve ser contábil e passa a ser reconhecido. (ii) Provisões e Passivos Contingentes: uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para sua liquidação e que seja mensurada com confiabilidade, deve ser reconhecida pela entidade como uma provisão. Caso a saída de recursos para liquidar a obrigação presente não seja provável ou não possa ser confiavelmente mensurada, ela não se caracteriza como uma provisão, mas sim como um passivo contingente, não sendo reconhecida, mas divulgada, a menos que a saída de recursos para liquidar a obrigação seja remota. Também se caracterizam como passivo contingente as possíveis obrigações resultantes de eventos passados e cuja existência seja confirmada apenas pela ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. Essas obrigações possíveis também devem ser divulgadas. As obrigações são avaliadas pela Administração, com base nas melhores estimativas e levando em consideração o parecer dos assessores jurídicos, que reconhece uma provisão quando a probabilidade de perda é considerada provável. A Administração também adota, para contingências fiscais, como política contábil, o reconhecimento de provisões como prováveis em relação às provisões apontadas por seus assessores jurídicos com a probabilidade de ocorrência possível. As obrigações cuja probabilidade de perda é considerada remota não requerem ocorrência ou divulgação. **e) Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de prestação de serviço são reconhecidas à medida que os serviços relacionados são prestados. Os custos e as despesas são reconhecidos quando incorridos, independentemente da liquidação financeira subjacente. **f) Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado dividindo o resultado líquido atribuído aos acionistas da Sociedade pelo número médio ponderado de ações em circulação. Para o cálculo dos resultados por ação diluídos, o número médio ponderado de ações em circulação é ajustado de forma a refletir o efeito de todas as potenciais ações diluidoras, se existentes, com as resultantes de dívida conversível e de opções sobre ações próprias concedidas aos trabalhadores. **g) Mensuração ao Valor Justo:** A metodologia aplicada para mensuração do valor justo (valor provável de realização) das aplicações financeiras é baseada nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que inclui a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da eletiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados. A Companhia maximiza o uso dos dados observáveis e minimiza-se o uso dos dados não observáveis ao apurar o valor justo, classificando os instrumentos financeiros conforme hierarquia do valor justo estabelecida pelo CPC 46 - Mensuração ao Valor Justo. O Nível I abrange os instrumentos financeiros cuja metodologia de mensuração do valor justo utiliza dados observáveis que refletem os preços cotados nos mercados ativos. No Nível II são classificados os instrumentos financeiros mensurados utilizando dados que são direta ou indiretamente observáveis em instrumentos financeiros semelhantes. No Nível III são classificados aqueles

instrumentos financeiros mensurados a valor justo utilizando dados não observáveis de mercado, conforme metodologia que reflete premissas próprias da Companhia. **h) Fluxo de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa: são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, e de ativos financeiros, com prazo total de aplicação de até 90 dias, sendo considerado imaterial o risco de mudança no valor de mercado. Os equivalentes de caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Demonstração dos Fluxos de Caixa: é elaborada com base nos critérios estabelecidos pelo CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. Os fluxos de caixa das atividades operacionais são apresentados pelo método indireto. Já os fluxos de caixa das atividades de investimento e de financiamento são apresentados com base nos pagamentos e recebimentos brutos. **i) Demonstração do valor adicionado - DVA:** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Sociedade e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Sociedade, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas Demonstrações. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação

ALFA HOLDINGS S.A.

SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL ABERTO
CNPJ Nº 17.167.396/0001-69
AVENIDA PAULISTA, Nº 2.150 - SÃO PAULO - SP



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em Reais Mil - exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 7 - PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS E PREVIDENCIÁRIOS
As provisões para riscos fiscais, previdenciários, cíveis e trabalhistas, são registradas e foram constituídas levando-se em consideração a legislação em vigor, a opinião de assessores legais, a natureza e complexidade dos processos, o posicionamento dos tribunais, o histórico de perdas e outros critérios que permitam estimar o seu valor. A Administração considera que as provisões existentes na data destas Demonstrações Financeiras são suficientes para fazer face aos riscos decorrentes destes processos. As provisões constituídas e respectivas movimentações estão demonstradas a seguir:

	Fiscais e Previdenciárias	
	31.12.2024	31.12.2023
Saldo Inicial	92	116
(+) Complemento líquido de reversões (i)	6.518	(61)
(+) Atualização da provisão (i)	30	37
Saldo Final	6.640	92

(i) Em 30.06.2024, a sociedade reconheceu o montante de R\$ 6.457 mil como provisão para riscos fiscais e previdenciários, que inclui principal e juros. A constituição ocorreu devido a mudanças nas circunstâncias usadas para mensurar as estimativas de perdas dos processos em andamento. A Sociedade passou a agravar a opinião dada pelos seus assessores legais em relação a expectativa de perda dos referidos processos, seguindo as mesmas estimativas contábeis do controlador, o Banco Safra S.A. Em 31.12.2024 o valor atualizado da provisão fiscal é de R\$6.548 mil. De acordo com o pronunciamento técnico CPC 23, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, quando ocorrem mudanças nas circunstâncias em que a estimativa contábil se baseou, alterando ativos e passivos, seus efeitos contábeis são reconhecidos no período da mudança, caracterizando-se, desta forma, como mudança na estimativa contábil. As ações se referem substancialmente a Percomp não homologada no montante de R\$ 6.124.

NOTA 8 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social

	31.12.2024			
	Total	Ordinárias	Preferenciais	Capital
Saldo inicial	84.682.269	46.011.632	38.670.637	430.245
Aumento de capital (*)	-	-	-	6.311
Saldo final	84.682.269	46.011.632	38.670.637	436.556

	31.12.2023			
	Total	Ordinárias	Preferenciais	Capital
Saldo inicial	84.682.269	46.011.632	38.670.637	404.933
Aumento de capital	-	-	-	25.312
Saldo final	84.682.269	46.011.632	38.670.637	430.245

(*) Em 28.03.2024, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária, a qual aprovou aumento do capital social, passando de R\$ 430.245 para R\$ 436.556, mediante incorporação de parte de reservas de lucros, sem emissão de novas ações. As ações preferenciais estão assim distribuídas:

Classe de ações	31.12.2024		
	PNA	PNB	TOTAL
- Quantidade	14.313.881	24.356.756	38.670.637

Classe de ações	31.12.2023		
	PNA	PNB	TOTAL
- Quantidade	14.313.881	24.356.756	38.670.637

As ações preferenciais não gozam do direito de voto e a elas são atribuídos os seguintes direitos/vantagens: a) Recebimento de dividendo, por ação, pelo menos igual ao atribuído a cada ação ordinária multiplicado por 1,10 (um inteiro e um décimo) (artigo 17, §1º, inciso II, da Lei de Sociedades por Ações), observado o item c); b) Reembolso do capital, nos casos de amortização de ações ou de liquidação da Sociedade; e c) Apenas as ações preferenciais da Classe "A" terão direito a um dividendo anual por ação que tenha o maior valor entre: (i) o dividendo previsto no item a) ou (ii) 12% (doze por cento) do valor da parte do capital que estas ações representem dividido pelo número de ações desta classe. Referido dividendo será pago com preferência sobre quaisquer dividendos das ações ordinárias. b) Reservas de capital: As Reservas de capital estão assim representadas:

	31.12.2024	31.12.2023
Reservas de manutenção do capital de giro	378	378
Reserva de incentivos fiscais	667	667
Reserva p/ incorporação ao capital	1.068	1.068
Outras reservas de capital	2.474	8.206
Total	4.587	10.319

c) Reservas de lucros: c.1) Reserva legal: É constituída com aplicação de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do Capital Social. c.2) Reserva de lucros a realizar: É constituída pelo saldo desta mesma reserva no final do exercício anterior acrescido do montante do dividendo obrigatório no exercício, calculado nos termos da Lei 6.404/76 e do Estatuto da Sociedade, menos os dividendos efetivamente pagos no exercício, que incluem, mas podem não se limitar a: (i) a parcela dos lucros realizados, correspondente aos dividendos recebidos de investidas e pagos pela Sociedade aos seus acionistas, conforme disposição contida no artigo 197, da Lei 6.404/76, com redação dada pela Lei nº 10.303/01; e (ii) a parcela complementar necessária ao pagamento dos dividendos estatutários pela Sociedade, quando os lucros realizados não forem suficientes. A Reserva de Lucros a Realizar está assim representada:

	Antes da Lei nº 10.303	Após a Lei nº 10.303	Total
Saldo inicial em 01.01.2024	87.100	82.329	169.429
Realização	-	(8.855)	(8.855)
Saldo Final em 31.12.2024	87.100	73.474	160.574

c.3) Reservas estatutárias: O Estatuto Social determina que, após as destinações para Reserva Legal, Reserva para Contingências e Reserva de Lucros a Realizar, até 90% do lucro líquido remanescente seja destinado para Reserva para Aumento de Capital e até 10% seja destinado para Reserva Especial para Dividendos. A Reserva para Aumento de Capital tem por finalidade assegurar adequadas

condições operacionais à Sociedade, até atingir 80% do capital social; a Reserva Especial para Dividendos tem por fim garantir a continuidade da distribuição semestral de dividendos, até atingir o limite de 20% do Capital Social. d) Lucros acumulados: Qualquer lucro que restar após a distribuição de dividendos nos registros legais da Sociedade e as apropriações às reservas legais será transferido à Reserva Especial para Aumento de Capital em 90% e Reserva Especial para Dividendos em 10%, até atingirem o limite de 80% e 20%, respectivamente, do Capital Social, e, quando houver excesso, este será eliminado mediante aumento de capital. e) Dividendos: O Estatuto prevê dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, ajustado conforme o disposto no art. 202 da Lei das Sociedades por Ações. Conforme disposição estatutária, e nos termos da Lei nº 6.404, artigo 17, § 1º, inciso II, as ações preferenciais tem direito ao recebimento de dividendo, por ação, pelo menos igual ao atribuído a cada ação ordinária multiplicado por 1,10 (um inteiro e um décimo) (artigo 17, §1º, inciso II, da Lei de Sociedades por Ações).

NOTA 9 - DESPESAS DE PESSOAL

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Benefícios - FGTS	-	(81)
Remuneração diretoria, conselho de administração e fiscal	(1.110)	(2.325)
Encargos sociais e previdenciários	(223)	(400)
Parcela anual complementar de honorário	(140)	(630)
Total	(1.473)	(3.436)

NOTA 10 - DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Anuidade B3 - Brasil, Bolsa Balcão e CVM	(93)	(127)
Convênio de ações escriturais	(72)	(73)
Propaganda, publicidade, publicações e relações públicas	(17)	(34)
Serviços de terceiros	(79)	(351)
Provisões Contabilidade	(3)	(949)
Despesas tributárias (1)	(402)	(1.591)
Provisões diversas	-	(268)
Doações	(50)	(21)
Outras	(29)	(52)
Total	(745)	(3.466)

1) Em 2023, refere-se basicamente aos recolhimentos do Imposto de Renda Retido na Fonte, dos exercícios de 2018 a 2020, sobre os rendimentos dos seus executivos e que tais retenções de fonte foram devidamente compensadas nos seus respectivos vencimentos com créditos tributários detidos por esta empresa amparadas por decisão judicial transitada em julgado. Tais compensações não foram homologadas pela Receita Federal até o momento, e por este motivo, houve o recolhimento, com posterior recuperação deste crédito tributário, tão logo a RFB analise a contestação da origem do crédito tributário utilizado nestas compensações.

NOTA 11 - IMPOSTOS SOBRE A RENDA CORRENTE

a) Demonstração do cálculo dos encargos de imposto de renda e contribuição social

	31.12.2024	31.12.2023
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(122.359)	17.012
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas vigentes	41.602	(5.784)
Inclusões Excluídos Permanentes	(34.708)	5.327
Participações em coligadas e controladas no país - Nota 6	(41.743)	5.353
Despesas indebitáveis líquidas de receitas não tributadas	-	(26)
Crédito tributário reconhecido de períodos anteriores e outros	7.035	-
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	6.894	(457)

b) Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

	31.12.2023 Constituição	Realização/Reversão	31.12.2024
Contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	-	2.198	-
Prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL	6.281	(599)	5.682
Outras despesas	485	(178)	307
Depósito Trabalhista	32	-	32
Total - Créditos Tributários	-	8.996	(777)

Conforme nota explicativa 8, a Sociedade constituiu provisão para risco fiscal. Considerando a expectativa de lucros tributáveis futuros, em 30.06.2024, a Sociedade optou por reconhecer ativo fiscal diferido sobre as diferenças temporárias e prejuízo fiscal. Em 30.09.2024 foi reconhecido ativo fiscal diferido sobre provisões de RH e diversas. A Administração da Sociedade, fundamentada em estudo técnico realizado tomando por base os dados contábeis disponíveis em 31.12.2024, estimou que a realização destes créditos tributários ocorrerá em até 10 anos, sendo 10,78% em 2025, 10,75% em 2026, 10,75% em 2027 e 56,96% entre 2028 e 2033.

NOTA 12 - NOTAS A DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
No início do período	60.532	66.195
Disponibilidades	23	64
Aplicações Financeiras	60.509	66.131
No final do período	127.622	60.532
Disponibilidades	7	23
Aplicações Financeiras	127.615	60.509
Varição em caixa e equivalentes de caixa	67.090	(5.663)

NOTA 13 - GESTÃO DE RISCOS

A gestão de riscos é um instrumento essencial para garantir o uso adequado do capital e a melhor relação risco x retorno para a Sociedade. Por se tratar de uma Sociedade exclusiva de participações societárias de um grupo econômico, os riscos do emissor estão concentrados nas empresas em que

deletar participação, em especial nas instituições financeiras do Conglomerado Alfa. Conforme mencionado na nota 1, em outubro de 2023, o Banco Safra assumiu o controle acionário do Conglomerado Alfa e, desta forma, a Sociedade adotou a mesma metodologia de gestão de riscos de sua Controladora que, por sua vez, adota metodologia de três linhas de defesa que contribuem para o aprimoramento dos mecanismos de governança e a transparência, além de manter um conjunto de procedimentos, alinhados às melhores práticas do mercado, que garantem o cumprimento das determinações legais, regulamentares, e de suas políticas internas. a) Risco de liquidez: O risco de liquidez consiste na possibilidade da Sociedade e suas coligadas não possuírem recursos financeiros suficientes para honrar seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. A Sociedade, por meio de sua Controladora, possui estrutura específica para monitoramento e controle dos riscos de liquidez. Tais atividades são realizadas pela gerência de Liquidez e Fluxo de Caixa, parte integrante da área de Riscos de Investimento do Banco Safra. b) Risco de mercado: Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de flutuações nos valores de mercado de posições detidas, incluindo (i) o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação; e (ii) o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária. O gerenciamento do risco de mercado é estruturado de maneira a garantir que o risco de perdas extremas, decorrentes de oscilações de preços, seja devidamente controlado, permanecendo dentro dos limites operacionais estabelecidos pela alta gestão, e em consonância com as políticas internas da Entidade. c) Risco operacional: Define-se risco operacional como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A Gestão de Risco Operacional tem por objetivo a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos operacionais, aos quais a Sociedade e suas coligadas estão sujeitas, e a consequente adoção de medidas preventivas. A governança da gestão de risco operacional da Sociedade é estruturada não apenas por políticas, processos e procedimentos, mas também pela disseminação da cultura de prevenção aos riscos operacionais em toda a organização e conscientização de cada colaborador, independente de cargo ou função, sobre a responsabilidade de todos no gerenciamento do risco ao longo do exercício de suas funções no dia a dia. Adicionalmente, a gestão do risco operacional, por meio de sua Controladora, possui um comitê delegado da Alta Administração, denominado Comitê de Gestão de Riscos Operacionais e Compliance, PLD e Fraudes (CGROC), cujo objetivo é acompanhar, de forma periódica, e suportar a tomada de decisões sobre assuntos relacionados ao risco operacional, conformidade (compliance), risco de reputação, riscos socioambiental e climático, PLD e fraudes. No site do Banco Safra (www.safra.com.br) e no portal de dados abertos do Banco Central estão disponíveis as informações do Relatório de Pilar III, além informações referentes à gestão de riscos e capital da Controladora.

NOTA 14 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em concordância com os dispositivos legais vigentes e com as normas expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, por meio do CPC 05 (R1), são efetuadas operações com empresas coligadas a taxas e valores médios usuais de mercado.

Partes relacionadas entre a Sociedade e Coligadas

Descrição	31.12.2024		31.12.2023	
	Ativos (Passivos)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Receitas (Despesas)
Caixa e disponibilidade em bancos	412	10	-	-
- Outras partes relacionadas	412	10	-	-
Banco Alfa S.A.	-	10	-	-
Banco Safra S.A.	412	-	-	-
Títulos para Investimento	127.615	60.509	8.474	7.970
- Outras partes relacionadas	127.615	5.840	1.747	696
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	-	5.840	458	696
Banco Safra S.A.	127.615	-	1.289	-
- Coligadas	-	54.669	6.727	7.274
Banco Alfa de Investimento S.A.	-	54.669	6.727	7.274
Outros Ativos/Outros Passivos	4	-	-	-
- Coligadas	4	-	-	-
Bai Participações S.A.	3	-	-	-
Fasa Participações S.A.	1	-	-	-

Remuneração do pessoal-chave da Administração: Em Assembleia Geral Ordinária dos acionistas é fixada a verba máxima para remuneração global dos membros da Diretoria e do Conselho da Administração. Em 2024, foi deliberado em Assembleia, o valor médio mensal da verba máxima para remuneração global até R\$ 195 (R\$ 183 em 2023). Em 2024, foi pago a título de remuneração da Administração o valor total de R\$ 1.011 (R\$ 1.662 em 2024). (1) Benefícios - Conselho de Administração e Diretoria: Em 2024 e 2023 não houve pagamento de benefícios. A Sociedade não concede benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e de rescisão de contrato para o pessoal-chave da Administração, excetuado o recolhimento de FGTS sobre os honorários pagos à Diretoria. (2) A Sociedade não concede empréstimos ou adiantamentos para: • Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até 2º grau; • Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; • Pessoas jurídicas que participem, com mais de 10%, da própria empresa, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau. Dessa forma, não são efetuados pela Sociedade empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares. (3) Participação acionária: Os membros do Conselho de Administração não possuem participação acionária na Sociedade em 31.12.2024.

NOTA 15 - OUTROS ASSUNTOS

a) Conselho Fiscal: O Conselho Fiscal da Alfa Holdings S.A. é um órgão estatutário de caráter não permanente que atua em consonância com as disposições da Lei 6.404/1976. Em Assembleia Geral Ordinária de 2024 não foi solicitada instalação de Conselho Fiscal.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ALBERTO MONTEIRO DE QUEIROZ NETTO Presidente do Conselho de Administração		
MARCOS LIMA MONTEIRO Conselheiro	ISAAC SELIM SUTTON Conselheiro	

DIRETORIA

MARCOS LIMA MONTEIRO Diretor Presidente	
LEANDRO DE AZAMBUJA MICOTTI Diretor	ENRICA MORPURGO Diretora

CONTADORA

ELIANE CAROLINA QUAGLIO ARJONAS CRC 1SP 232846/O-2	
--	--

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da

Alfa Holdings S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Alfa Holdings S.A. ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Alfa Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Investimentos em coligadas (nota explicativa nº 6)

Conforme descrito na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a Sociedade tem como atividade principal manter participações societárias em outras empresas na qualidade de holding, conduzidas de forma direta ou indireta, e direcionadas aos segmentos financeiros e de seguros. Nesse contexto, em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade mantinha investimentos em coligadas, avaliadas e contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, no montante de R\$827.564 mil, correspondentes a 87% do seu patrimônio líquido, e registrou resultado negativo de participação em coligadas no montante de (R\$122.775 mil), no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Em conexão à atividade principal da Sociedade e em consideração à relevância dos saldos de investimentos em coligadas, bem como dos resultados correspondentes gerados, consideramos a avaliação dos investimentos em coligadas pelo método de equivalência patrimonial como área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Com o objetivo de avaliar a adequação da avaliação dos investimentos em coligadas, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento do processo de conciliação das posições dos investimentos em coligadas detidos pela Sociedade junto aos registros contábeis das empresas investidas; (ii) efetuar uma avaliação de riscos e a seleção de procedimentos de auditoria sobre os registros contábeis das empresas investidas, base para a avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial, no contexto da auditoria das demonstrações financeiras da Sociedade; (iii) análise dos eventos de capital nas empresas investidas direta ou indiretamente e seus efeitos na movimentação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial; (iv) efetuar o recálculo do saldo dos investimentos em 31 de dezembro de 2024, bem como dos resultados de participação em coligadas, com base na participação societária da Sociedade nessas coligadas e os registros contábeis correspondentes encerrados em 31 de dezembro de 2024; e (v) avaliação das

divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras da Sociedade.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nos resultados obtidos, consideramos aceitável a avaliação dos saldos de investimentos em coligadas e o resultado apurado sobre essas participações societárias, no contexto das demonstrações financeiras da Sociedade, tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

As demonstrações financeiras da Sociedade referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatórios do auditor em 8 de fevereiro de 2024 e 16 de fevereiro de 2023, respectivamente, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado - DVA referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com nossa auditoria das demonstrações financeiras da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na norma brasileira NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras